



UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

LÍNGUA E PODER: UMA ANÁLISE DO LIVRO *QUARTO DE DESPEJO* DE
CAROLINA MARIA DE JESUS

Isabele Lourenço Alves

RIO DE JANEIRO

2024

ISABELE LOURENÇO ALVES

LÍNGUA E PODER: UMA ANÁLISE DO LIVRO *QUARTO DE DESPEJO* DE
CAROLINA MARIA DE JESUS

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para obtenção do título de
Licenciada em Letras na habilitação em
Português-Literaturas.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Francisco de Andrade Júnior

RIO DE JANEIRO

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Lourenço Alves, Isabele
L4741 Língua e poder: uma análise da obra "Quarto de despejo" de Carolina Maria de Jesus / Isabele Lourenço Alves. -- Rio de Janeiro, 2024.
43 f.

Orientador: Antonio Francisco de Andrade Júnior. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Licenciado em Letras: Português - Literaturas, 2024.

1. literatura. 2. língua. 3. poder . 4. glotopolítica. 5. colonialismo. I. Francisco de Andrade Júnior, Antonio , orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

ISABELE LOURENÇO ALVES

119150376

LÍNGUA E PODER: UMA ANÁLISE DO LIVRO QUARTO DE DESPEJO DE
CAROLINA MARIA DE JESUS

Monografia submetida à Faculdade de Letras
da Universidade Federal do Rio de Janeiro
como requisito parcial para obtenção de título
de Licenciatura em
Letras-Português/Literaturas.

Data da avaliação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora:

Orientador:

Nota:

Leitor crítico:

Nota:

RIO DE JANEIRO
2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha avó que sempre me ensinou que os meus estudos seriam meu marido e meu eterno sustento.

Agradeço aos meus pais que lutaram com muita bravura para que eu chegasse até a universidade e concluísse o curso, e, em especial, ao meu pai que compartilhou comigo, desde a minha infância, seu sonho de me ver ganhando o famoso “canudo”.

Agradeço às minhas irmãs que foram sempre para mim uma fonte de inspiração para continuar estudando nos momentos difíceis.

Ao meu orientador que me apoiou e ensinou tantas coisas durante esses anos. Muito obrigada por alargar meus horizontes.

Agradeço aos meus amigos que ouviram todos os meus lamentos, frustrações e conquistas ao longo da minha trajetória acadêmica.

Agradeço à tia Glorinha que viu em mim, ainda criança, a possibilidade de um futuro longe das estatísticas.

Agradeço a todos os educadores que passaram pela minha trajetória e me inspiraram a seguir acreditando na educação. Em especial, gostaria de agradecer à professora Claudia Fabiana, a pessoa que me viu em meio a uma sala de aula cheia de uma escola estadual e acreditou que meus versos eram importantes.

Por fim, agradeço a mim mesma por acreditar que era possível e por hoje continuar crendo que a educação pode resgatar pessoas assim como me resgatou.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, através da discussão da dimensão de sua escrita. Assim, busca-se examinar como as polêmicas e as discussões relacionadas à linguagem de Carolina de Jesus refletem questões políticas, sociais e culturais que vão de encontro a uma tradição literária e linguística que hierarquiza e atribui valorações positivas e negativas de acordo com a variedade linguística adotada pelo sujeito e de acordo, sobretudo, com uma política linguística nacional que privilegia a variedade linguística da classe social dominante. Nesse sentido, reflete-se sobre como o juízo de valor negativo atribuído ao *best-seller* da escritora mineira é amparado em uma tensão existente entre o discurso linguístico consagrado pela tradição gramatical e um discurso que está distante do padrão monolíngue nacional, averiguando-se como isso produz uma invisibilização de Carolina e como isso implica a criação de estereótipos atribuídos à escritora, na sua exclusão da posição de escritora segundo o paradigma do cânone literário nacional e na desvalorização da literariedade e da poeticidade de sua obra. Para tanto, realizou-se um mapeamento de produções do cenário acadêmico, intelectual e jornalístico que examinaram, ao longo dos anos, a obra de Carolina com vistas a compor a análise aqui proposta. Por fim, a presente análise demonstrou que os juízos de valor atribuídos à obra de Carolina Maria de Jesus estão atrelados a um monolinguismo excludente que desencadeou a criação de estereótipos sobre a autora mineira e sua escrita, produzindo a invisibilização dos aspectos literários e poéticos presentes no livro *Quarto de despejo*.

Palavras-chave: *Quarto de Despejo*; Carolina Maria de Jesus; glotopolítica; literatura; língua; colonialismo; poder.

Sumário

Sumário	6
Introdução	8
Revisão bibliográfica	11
Um breve panorama de análises acadêmicas sobre o objeto em estudo	11
Um breve panorama sobre teorizações basilares para a análise	14
Comparativo entre a edição de 1960 e a edição de 2020 de Quarto de despejo	19
Recepção e circulação: um olhar sobre o material jornalístico	22
Considerações Finais	41
Referências Bibliográficas	42
Fontes jornalísticas	44

Introdução

Em *Memória da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, Grada Kilomba expõe como o racismo cotidiano afeta a vida e a vivência de mulheres negras em diversos contextos, apontando como o colonialismo criou e cria diversas desigualdades e violências que afetam a população negra. A autora afirma que a escrita é um ato político ao explicar que “escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a/o escritora/escritor “validada/o” e “legitimada/o” e, ao reinventar a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada” (Kilomba, 2019, p. 28). Assim, a escrita emerge como uma possibilidade de subjetivação do sujeito que fora e é oprimido, uma vez que permite que ele se torne autor de sua própria história. Escrita é aqui um processo de libertação e de emancipação. Trago, com isso, essa teorização da intelectual negra para pensar o processo de escrita de Carolina Maria de Jesus em sua obra de maior sucesso *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, que foi publicada pela primeira vez em 1960. Isso porque defendo que a escrita caroliniana funciona, como proposto por Kilomba (2019), como um meio de se autoafirmar no mundo enquanto sujeito capaz de escrever sua própria narrativa. Por isso, quero problematizar, ao longo deste trabalho, como a língua funciona como um instrumento de opressão e apagamento dentro de uma dinâmica entre raça, gênero e poder em que Carolina, ao transgredir a perspectiva academicista de língua através do uso de uma variedade diferente da norma postulada pela gramática normativa, subverte “a ordem eurocêntrica de conhecimento caracterizada por um lugar de privilégios dado a certos grupos sociais bem definidos” (Kilomba, 2020, p. 53). Ademais, quero explorar como a adoção e a aceitação de uma única norma linguística, pautada em pressupostos eurocêntricos e ocidentalizados, integra um sistema literário que reproduz mecanismos de controle e de intimidação que anulam a possibilidade de sujeitos subalternizados socialmente terem sua voz reconhecida e ouvida sem a contaminação de discursos estereotipados e reducionistas. Assim, concordo com Kilomba (2019, p.53) quando ela afirma que a ciência não é neutra, uma vez que “qualquer forma de saber que não se enquadra na ordem eurocêntrica do conhecimento tem sido continuamente rejeitada, sob o argumento de não constituir ciência creditável” e a academia se constitui, por isso, como “a reprodução das relações raciais de poder que ditam o que deve ser considerado verdadeiro e em quem acreditar.”.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar a obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, através de uma perspectiva de sua dimensão linguística e refletindo sobre seus impactos em diferentes

contextos de circulação da obra. A problemática principal que move os objetivos dessa análise se fundamenta em examinar como as polêmicas e as discussões em torno do uso da linguagem de Carolina de Jesus refletem questões políticas, sociais e culturais que vão de encontro a uma tradição literária e linguística que hierarquiza e atribui valorações às diferentes formas de enunciação do sujeito, baseando-se, sobretudo, em uma política nacional que privilegia a variedade linguística da classe social dominante. Nesse sentido, reflete-se sobre como o juízo de valor negativo atribuído ao *best-seller* da escritora mineira é amparado em uma tensão sobre a existência de um discurso que está distante do padrão monolíngue nacional e, como isso, produz a invisibilização do trabalho estético de Carolina que tem como consequência a criação de estereótipos atribuídos a ela, sua exclusão da posição de escritora segundo o paradigma do cânone literário nacional e a desvalorização da literariedade e da poeticidade de sua obra. Para isso, buscou-se revisitar um conjunto de trabalhos acadêmicos que analisaram a obra da escritora, procurando identificar que tipos de interpretações e análises moviam tais textos. Além disso, selecionou-se um conjunto de materiais jornalísticos sobre a obra de Carolina para observar como se deu a recepção e veiculação da escritora mineira no sistema literário e no imaginário popular, assim como as implicações disso. Tudo isso foi feito com o propósito de investigar como a língua se associa a fatores que estão ligados à esfera social, política e cultural, o que promove movimentos de exclusão e de silenciamento quando não enquadrada no padrão linguístico previsto pela norma, evidenciando-se a permanência de uma lógica colonialista e racista na atualidade. Assim, com este trabalho, busca-se contribuir para o reconhecimento de Carolina Maria de Jesus enquanto autora de sua escrita e apontar como, apesar de todos os movimentos de apagamento e de silenciamento de sua obra agenciados por uma visão de língua de ordem *brancocentrada*, normativa e monolíngue, Carolina se consolida como uma sensível escritora que não deve ser reduzida a apenas “a poeta do lixo”.

Para realizar esse objetivo, na primeira parte desta monografia, exponho uma revisão bibliográfica baseada em trabalhos acadêmicos que irão fundamentar a análise exposta ao longo dessas páginas. Em seguida, realizo um comparativo entre a primeira edição de *Quarto de despejo*, em 1960, e a edição publicada em 2020 com a finalidade de contrastar os contextos que marcaram ambas as publicações. Posteriormente, seleciono e examino algumas reportagens jornalísticas com a intenção de refletir sobre a recepção e a circulação da obra de Carolina de Jesus na esfera literária e jornalística, assim como os fatores que determinam tais fenômenos. Depois, reflito sobre a relação entre glotopolítica e literatura, buscando entender como as estruturas de poder social se associam com ideologias e práticas linguísticas na obra em estudo. Por fim, nas considerações finais, retomo as questões centrais que motivaram a

minha pesquisa e exponho os resultados da análise, refletindo sobre a importância da obra de Carolina para a sociedade.

Revisão bibliográfica

Para iniciar esta reflexão, apresento um levantamento de publicações acadêmicas que se dividirá da seguinte forma: primeiramente, será exposta uma seleção de nove trabalhos acadêmicos que se ocupam da análise crítica da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada* (1960), de Carolina Maria de Jesus, e, posteriormente, será apresentado um conjunto de estudos que formaram as bases teóricas que serão utilizadas como fundamento da discussão aqui desenvolvida. Tal levantamento foi feito para que possa ser efetuada uma contextualização da problemática que será abordada no decorrer do trabalho, tendo em vista que o aporte teórico aqui apresentado parte de uma fortuna crítica já existente sobre as temáticas focalizadas.

Um breve panorama de análises acadêmicas sobre o objeto em estudo

Coronel (2014), a partir do ponto de vista da literatura enquanto direito fundamental de todo indivíduo, faz uma análise da literariedade e da presença de uma esfera feminina em *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus. A autora questiona, ao longo de seu texto, o posicionamento, muito recorrente, na crítica literária que reproduz reducionismos no potencial estético da obra da escritora mineira, que é vista apenas em seu caráter de denúncia e protesto social. Além disso, a pesquisadora analisa como o efêmero sucesso de Carolina tem suas raízes no enquadramento da escritora em um perfil de “escritora favelada” que logo se esgotou em seu viés exótico com a publicação das obras posteriores a *Quarto de despejo*. Tal fenômeno representa, segundo a pesquisadora, uma censura cultural executada pelo sistema crítico-literário vigente na época. Isso porque esse apagamento da cena literária está associado a diferentes “instâncias de mediação pelas quais o texto dos diários passou até chegar ao público” (Coronel, 2014, p.282). Nesse sentido, a imagem de Carolina é atravessada pela intervenção exterior tanto da mídia quanto do mercado editorial, já que ambos continuamente procuravam vender um perfil de autora para Carolina que produzia o “engessamento identitário” da escritora.

Em consonância, Bergamini (2020) discorre sobre os mecanismos estéticos mobilizados por Carolina Maria de Jesus para promover a publicação de *Quarto de despejo*. Para Atilio Bergamini, os relatos da rotina de Carolina são perpassados por um aguçado olhar histórico, reflexivo e crítico, já que, no livro, “o dia-a-dia de fome e trabalho evoca reflexões”

(Bergamini, 2020, p.7). O autor ressalta como Carolina transforma temas distantes de temáticas recorrentes da literatura consagrada em objeto literário dentro do livro. Assim, ambos os autores, Coronel (2014) e Bergamini (2020), ressaltam aspectos ligados ao fazer literário de Carolina de Jesus, fugindo de uma concepção que categoriza a obra da autora no lugar comum de relato pessoal da miséria. Tais apontamentos são importantes para a análise aqui proposta, pois se conectam com o objetivo deste trabalho de analisar os fatores relacionados com a recepção crítica da obra de Carolina e como isso se associa à linguagem da escritora.

Fernandez (2008) executa o mesmo movimento ao falar sobre a construção da poeticidade presente nos escritos de Carolina. A autora mostra como a escritora mineira se utiliza de sua posição marginal em uma cidade grande, tendo em vista o contexto de desenvolvimento econômico em processo pelo qual passava a cidade de São Paulo na época, para tratar das mazelas sociais, para relatar seus valores frente ao modelo familiar burguês e sua condição enquanto mulher, preta e favelada. Com isso, Carolina reafirmou seu lugar de escritora ao, ir contra o modelo de autor cristalizado socialmente, e manipular a língua da classe dominante, mesclando-a com um modo de enunciar próprio em busca da criação de uma *poética dos restos*.

É importante ainda o entendimento das dimensões subjetivas e seus reflexos na escrita caroliniana, uma vez que isso se constitui como um elemento importante para compreender o seu texto. Por isso, recupero algumas análises mais voltadas para os processos de subjetivação na escrita de Carolina. Gonçalves (2014) propõe uma investigação associada à relação entre a escrita de Carolina Maria de Jesus, em *Quarto de despejo*, e a sua condição social de existência enquanto sujeito. De acordo com o autor, a escrita potencializa diversas questões da vida da escritora: é por meio dela que a mesma cria e recria os espaços que marcam sua narrativa, produz reflexões que atravessam suas percepções sobre si e sobre o ambiente em que está inserida, a escrita é arma de revolta e vingança contra as injustiças que sofre em seu cotidiano e é, acima de tudo, o meio pelo qual toma consciência de si e do mundo opressor que habita. Assim, nas palavras do autor, “subjetividade para Carolina é a condição mesma de sua escrita, um modo de falar de si para falar da favela, para chegar ao mundo” (Gonçalves, 2014, p.29).

Além disso, retomo alguns autores que fazem uma análise das dimensões sociais e políticas de *Quarto de Despejo*, uma vez que questões como raça, gênero e classe social são temáticas preponderantes na discussão aqui proposta, tendo em vista que se relacionam com a esfera linguística, foco deste estudo. Oliveira (2020, p.1), por meio do conceito de

colonialidade epistemológica e de pensamento de fronteira, examina a obra de Carolina Maria de Jesus como “possibilidade de se pensar a realidade a partir da ferida aberta pela diferença colonial”, o que permitiria, segundo a autora, entrever os mecanismos de silenciamento e de legitimação das narrativas sociais. Em sua discussão, a pesquisadora assinala a necessidade de se desconstruir velhos paradigmas coloniais que buscam subalternizar o conhecimento produzido por grupos minoritários, reafirmando a importância do estudo da vida e da obra de Carolina Maria de Jesus como ferramenta de subversão dessa lógica, já que a escritora mineira utiliza a palavra para “projetar sua voz” e dar sentido à sua realidade que é marcada pela opressão e pela fome.

Rosa e Silva (2020) debatem sobre os impactos da (des)colonialidade na relação entre gênero e raça no Brasil a partir da obra de Carolina de Jesus. Para isso, os autores relacionam os estudos sobre (des)colonialidade, pedagogia crítica e feminismo, defendendo que há a presença de movimentos (des)colonizadores na produção literária de Carolina Maria de Jesus. Nesse sentido, eles explicam que o conceito de *pensamento limiar* aparece na escrita da autora quando ela, consciente dos impactos da colonialidade em seu cotidiano, produz atos que objetivam a (des)colonização. Ademais, o texto explora as relações de poder presentes na relação com o espaço geográfico, também abordados na obra de Carolina por meio da tensão entre cidade e favela. Assim, ressalta-se como a escrita em *Quarto de despejo* é marcada por um retrato social da opressão de classe, de gênero e de raça, ao mesmo tempo em que a escrita caroliniana intenta uma resistência a tal cenário por meio da palavra.

De maneira aproximada, Silva (2019) levanta uma reflexão sobre a obra da escritora sacramentana por meio da tríade “pobre, negra e mulher” ao pensar em como esse conjunto incide sobre a subjetividade da autora, tendo como ponto essencial o exame das características da linguagem empregada em seu livro. O autor aborda os constantes processos de “mutilação” que a obra de Carolina sofreu tanto na editoração quanto em sua recepção crítica, visto que sua obra é sempre colocada na posição de um relato pessoal, não sendo passível de alcançar o patamar de um objeto literário e poético de acordo com os padrões do cânone. Com isso, ele problematiza ainda a presença da temática da miséria e sua relação com a linguagem. De acordo com o estudioso, a miséria aparece não só como temática, mas também infiltra o campo da linguagem, produzindo um todo complexo em que elementos da linguagem e da sociedade convergem em um “jogo disparado”.

Dalcastagnè (2007), a partir da afirmação de que o campo literário se constitui como um meio que reproduz exclusões, discorre sobre os mecanismos usados por escritores pertencentes a grupos minoritarizados para legitimar sua presença no sistema literário

brasileiro. Para isso, a escritora realiza uma análise comparativa entre o livro *Quarto de despejo* (1960), de Carolina de Jesus, e a obra *Cidade de Deus* (1997), do escritor brasileiro Paulo Lins. De acordo com a pesquisadora, o problema da representatividade se impõe no sistema literário como um problema relacionado à falta de adoção de novos pontos de vista para refletir sobre aspectos do mundo na literatura. Em Carolina isso se torna latente quando ela observa que sua escrita revela um “olhar de dentro” marcado pela multiplicidade de perspectivas que compõem a realidade periférica. Ao comentar sobre o vocabulário empregado por Carolina, a autora ressalta que, mesmo que a escrita de Carolina realize um movimento de distanciamento e diferenciação do seu contexto periférico, não é capaz de inseri-la na cultura letrada.

Além do trabalho apresentado anteriormente, em “Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea”, Regina Dalcastagnè (2014) examina o percurso de escritoras negras e pobres no espaço urbano e busca analisar como a perspectiva dessas subjetividades subalternizadas pela sociedade marcam sua experiência na cidade. Para tanto, a crítica literária examina as obras de Carolina Maria de Jesus e de Conceição Evaristo, relacionando-as em sua problematização. Dalcastagnè aponta os dilemas que são enfrentados quando se busca por relatos que partem da experiência de sujeitos negros e pobres, como a escassez de registros escritos que relacionam a população negra e a cidade e a falta de representação dessa população no panorama literário. Para Dalcastagnè, a autoficcionalização realizada por Carolina em sua obra parte de um percurso de alguém à margem do ambiente urbano, mas que, ao mesmo tempo, ocupa esse espaço que a repele. Com isso, ela argumenta que a relação centro-periferia aparece em Carolina na maneira como coexiste uma tensão entre corpo e espaço e sua busca por uma inserção nesse ambiente urbanizado através da escrita.

Um breve panorama sobre teorizações basilares para a análise

Detenho-me, agora, em publicações contendo os conceitos essenciais que serão utilizados para embasar a argumentação que será desenvolvida neste trabalho. Faço isso com o objetivo de introduzir a base teórica que irá fundamentar este estudo, uma vez que o uso desses conceitos constitui parte essencial para a composição e defesa da problemática que será exposta sobre a relação entre língua e literatura em *Quarto de despejo*, além das implicações dessa relação.

Início, por isso, com o conceito de *colonialidade do poder*, termo cunhado pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005). No ensaio intitulado “Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina”, o autor estabelece que a categoria raça é uma invenção colonial. Ao falar sobre o processo de formação das Américas, o autor explica que o sistema colonial e a atual colonialidade do poder são marcadas por processos de dominação em que hierarquias são formadas a partir da noção de superioridade e inferioridade das raças. Nessa perspectiva, a raça dominante, pessoas brancas, ocuparia o topo da pirâmide social, enquanto que a raça dominada, pessoas não-brancas, estariam na base dessa estrutura. Tal modelo foi responsável por legitimar a violência e a desumanização que regeu o colonialismo e que impacta a sociedade contemporânea, uma vez que essa estrutura se mantém. A hierarquização criada no projeto colonial, que é regida por um regime de poder e dominação, é responsável por produzir implicações que afetam todas as esferas sociais, incluindo as relações estabelecidas entre os sujeitos. Nesse sentido, proponho o uso desse importante conceito para refletir sobre os encadeamentos da colonialidade do poder no que diz respeito aos aspectos linguísticos, uma vez que as relações entre raça, língua e poder são elementos-chaves para refletir sobre as valorações atribuídas a determinadas práticas linguísticas e como isso atravessa na literatura produzida por Carolina de Jesus.

Além disso, recupero aqui a argumentação proposta por Veronelli (2019) em que a autora associa o conceito de colonialidade do poder ao contexto linguístico. Em seu texto, a estudiosa parte dos questionamentos sobre as implicações da colonialidade de poder, proposta por Quijano (2005), no campo linguístico refletindo sobre como a instauração, no contexto colonial, de formas modernas de dominação e de exploração, baseadas na ideia de raça, funcionam como critério de classificação dos indivíduos e criam formas modernas de exploração e de dominação caracterizadas pela novo regime político-econômico imperial. A autora investiga como esse padrão de poder articula as relações materiais e intersubjetivas e “contribui para entender a relação entre ideologias linguísticas e práticas comunicativas” (Veronelli, 2019, p. 148). Assim, colonialidade da linguagem é entendida como “processo de racialização linguística que despoja as populações de sua humanidade, atribuindo-lhes uma inferioridade comunicativa e mental natural.” (Veronelli, 2019, p.148).

Considero que o entendimento sobre a relação dos conceitos de colonialidade do poder (Quijano, 2005) e colonialidade da linguagem (Veronelli, 2019), que é um desdobramento da proposta de Aníbal Quijano, enriquece a análise aqui proposta, visto que ambos os trabalhos se ocupam do estudo, em primeiro lugar, das implicações da imposição de um regime opressor, o colonialismo, que divide a população colonizada entre branco e não-branco,

européu e não-européu, civilizado e não-civilizado, criando-se a ideia de raça, e, em segundo lugar, das consequências da implementação dessa forma de dominação hierárquica colonial no presente e no passado tendo como ponto de partida a questão da língua, um dos principais meios de dominação adotados por colonizadores durante a ocupação das Américas. Isso porque, para Veronelli (2019), o que se impõe no regime colonial é uma racialização linguística em que a língua do dominado é reprimida e aniquilada enquanto a língua do dominador é imposta como regra. Essa atitude se configura como reflexo das relações de desumanização propostas pelo colonialismo, já que, assim como esses povos foram rotulados como inferiores e menos humanos, a língua que carregavam recebia o mesmo tratamento. Assim, nas palavras da estudiosa, “dentro del paradigma moderno/colonial, las lenguas y prácticas lingüísticas de las poblaciones colonizadas son formas incapaces de expresar aquellas ideas que los colonizadores imaginan como integrales del ser plenamente humano.” (Veronelli, 2019,p.151).

Recupero também alguns trabalhos de autores que focalizam a relação entre o contato de línguas africanas com o português durante a colonização portuguesa. Faço isso com o objetivo de pensar sobre a influência das línguas africanas no processo de formação do português do Brasil e nas implicações que levaram aos estigmas sociais contemporâneos sobre variedades linguísticas que carregam as marcas das línguas nativas africanas.

Lucchesi (2012) discorre sobre o processo de formação de variedades linguísticas do português brasileiro, mediante o contato entre línguas africanas e indígenas, através do conceito de *transmissão linguística irregular leve* e de uma análise sociolinguística. Ao longo de sua análise, o autor faz um percurso histórico sobre a implementação do português nas colônias portuguesas, destacando as singularidades do processo em cada local. Além disso, o pesquisador compara o português brasileiro e o português europeu, mostrando como formas estigmatizadas e alvos de preconceito linguístico por parte da população letrada e culta são reflexos das relações de poder e dominação nos processos de contato entre línguas indígenas e africanas com o português durante o processo colonial.

Em consonância, Bagno (2016) discute a relação entre o cenário histórico-social do país e a falta de aceitação da contribuição africana na formação da língua portuguesa no Brasil, afirmando que, por muito tempo, tal contribuição foi reduzida a meras adições ao léxico do idioma. Segundo Marcos Bagno, recentemente, tal crença tem sido desmistificada e mais estudos sobre a relação entre línguas africanas e o português em contato colonial têm sido desenvolvidos, promovendo uma abertura nesse debate.

Por fim, Santos (2021) aborda o processo de homogeneização linguística e sua relação com o projeto colonial europeu de língua nacional, destacando como a noção de língua nacional e racismo, juntamente com os desdobramentos do projeto colonial branco e eurocêntrico, irão impactar os processos de formação da língua nacional. De acordo com o autor, o padrão monolíngue nacional passa por um plano de branqueamento e apagamento sistemático de línguas minoritárias, o que impacta diretamente no aparecimento de um essencialismo linguístico. Além disso, o estudioso ressalta ainda como o preconceito linguístico (BAGNO, 2015) está atrelado ao preconceito racial, uma vez que a construção de um ideal em torno da língua hierarquiza e estigmatiza os sujeitos em um “falar certo” e um “falar errado”. Tal estrutura excludente atribui às variedades populares, tipicamente associadas às populações negras, pobres e rurais, formas estigmatizantes de tratamento e marginalização, enquanto a parcela culta da população, a elite branca brasileira, ocupa um lugar de privilégio e de status linguístico.

Para além dos materiais que abordam a questão do contato entre as línguas africanas e europeia na formação do português brasileiro, me detenho também em dois trabalhos da socióloga brasileira Lélia Gonzalez que tratam do conceito de pretuguês. Isso porque entendo que tal conceito, alinhado aos estudos sobre o contato entre línguas africanas e o português europeu, busca assumir um ponto de vista que legitima a contribuição do elemento africano para a formação do português do Brasil, mostrando a essencialidade de se pensar a língua falada atualmente enquanto produto dos falares europeu e africano e de se desconstruir estigmas relacionados a marcas da africanização na língua portuguesa brasileira devido a uma visão purista, conservadora e eurocentrada de língua.

Nessa perspectiva, Gonzalez (1984), ao falar sobre as relações de dominação dentro das relações raciais e de gênero na sociedade, propõe a conceituação do termo pretuguês que, segundo a pensadora brasileira, está atrelado aos reflexos linguísticos da interação entre o português europeu e línguas africanas e destaca a importância do sujeito africano na constituição social brasileira ao evidenciar traços de africanização na língua portuguesa brasileira, como a troca da letra “l” pela letra “r” na pronúncia de “flamengo” na variedade popular. No ensaio “A categoria político-cultural de amefricanidade”, Lélia Gonzalez propõe uma desconstrução da visão colonial em torno da formação histórico-cultural do Brasil ao afirmar que o país é uma “América Africana”, uma “América Ladina”. Em seu texto, ao observar manifestações culturais da América Insular, a autora constatou indícios de africanização no português brasileiro ao que nomeou tal fenômeno de “pretuguês”. Assim, ela

assinala a necessidade de se repensar a construção sociocultural brasileira através do elemento africano.

Por fim, para analisar as implicações da esfera jornalística na projeção da imagem da escritora Carolina Maria de Jesus e relacionar isso à esfera crítico-literária, retomo a pesquisa realizada por Van Dijk (1992, 2015) em que o autor debate sobre o papel do discurso, verbal e não verbal, na validação, expressão, legitimação e aquisição do racismo na sociedade. Isso porque acredito que os estudos do pesquisador dialogam com o meu objetivo de investigar as crenças e ideologias em que se ancora o discurso jornalístico, responsável pela construção e disseminação de representações sobre a escritora mineira.

Dessa maneira, tendo em vista o objetivo geral deste trabalho de analisar as implicações linguísticas presentes na relação entre língua, poder e literatura na aceitação e veiculação da obra *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, a revisão bibliográfica exposta até aqui pretende fundamentar os pilares para que essa problemática seja analisada de maneira aprofundada. Assim, procuro cooperar, em diálogo com todo o embasamento teórico aqui mobilizado, para a expansão das perspectivas de análise da obra de uma escritora tão importante para a literatura brasileira como Carolina Maria de Jesus, autora que, apesar da relevância, é pouco reconhecida ou, quando reconhecida, é, muitas vezes, alvo de um olhar estereotipado ligado, sobretudo, a aspectos linguísticos.

Comparativo entre a edição de 1960 e a edição de 2020 de *Quarto de despejo*

Proponho, neste momento, empreender uma comparação entre as condições de publicação da primeira edição de *Quarto de despejo* e da edição comemorativa lançada no ano de 2020, pela editora Ática. Isso porque, por meio da análise do contexto de lançamento das duas edições, acredito ser possível entender um pouco das recepções críticas da obra nas duas épocas distintas, tendo em vista, o espaço temporal que as separam.

A primeira edição de *Quarto de despejo* foi publicada em agosto de 1960 pela editora Francisco Alves sob a edição do jornalista Audálio Dantas. Essa edição é composta por escritos datados de 15 de julho de 1955 a 1 de janeiro de 1960. O livro narra a rotina de uma mulher, preta, pobre, mãe solteira na luta por obter renda para alimentar seus filhos e a si mesma no contexto urbano da cidade de São Paulo. Além disso, a obra expõe importantes reflexões da autora sobre aspectos sociais e políticos. Carolina escreve sobre si e sobre o mundo que a envolve.

16 de maio de 1958 - Eu amanheci nervosa. Porque eu queria ficar em casa, mas eu não tinha nada para comer. Eu não ia comer porque o pão era pouco. Será que é só eu que levo esta vida? O que eu posso esperar do futuro? Um leito em Campos do Jordão. Eu quando estou com fome quero matar o Janio, quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta o afeto do povo pelos políticos. (Jesus, 2020, p.37)

No trecho, a autora relata mais um dia em que, não tendo alimentos disponíveis para se alimentar, revela sua revolta com a falta de políticas públicas que garantam o acesso a itens alimentícios a pessoas como ela e seus filhos, sujeitos em situação de vulnerabilidade social, por isso, em sua fala, cita os políticos brasileiros que deveriam garantir esse direito básico. Ademais, acho preponderante ressaltar que, para além de questões como a fome, a busca pela poesia se sobressai na escrita de Carolina quando a mesma contrasta o real com o fictício.

12 de junho de 1958 - Eu deixei o leito às 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia [...] Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades [...] É preciso criar este ambiente de fantasia, para de crescer estou na favela. Fiz café e fui carregar água. Olhei o céu, a estrela D'alva já estava no céu. Como é horrível pisar na lama. As horas que sou feliz é quando estou residindo nos castelos imaginários. (Jesus, 2020, p. 59)

Assim, antes da publicação da obra em 1960, trechos do que viria a ser o livro foram expostos em matérias jornalísticas que serviram para introduzir ao público sua narrativa e criar especulações que alimentariam uma curiosidade sobre o conteúdo completo da obra,

como a matéria do jornal *O Cruzeiro* sob o título *Retrato da favela no diário de Carolina* de 1958. O livro, quando publicado em 1960, foi alvo de um sucesso estrondoso, sendo traduzido em 13 idiomas e batendo recordes de vendas como a tiragem de cem mil exemplares em seis meses. No entanto, esse sucesso foi acompanhado por um olhar estereotipado para com a escritora de Sacramento e sua obra que foi rebaixada a apenas um relato pessoal da pobreza. A título de exemplificação, pode-se inferir isso a partir do próprio prefácio da primeira edição da obra em que se afirma que o livro serve como “documentário verídico, profundamente corajoso e inocente, um grande testemunho real surgido da sofrida inteligência do povo brasileiro” (Jesus, 1983,s/p). Nota-se, nas palavras do editor, a associação do livro ao relato testemunhal da pobreza na favela, desconsiderando-se particularidades referentes à inventividade literária de Carolina.

O mercado midiático e editorial foi responsável por associar a imagem da escritora ao epíteto de “escritora negra e favelada” (Sousa, 2011, p.86), em um jogo mercadológico em que vender essa imagem seria a forma mais eficaz de obter lucro com a vendagem do livro na época. É importante ressaltar que a conjuntura da época é marcada por uma abertura ao debate político, o que favorecia o surgimento de escritos como o de Carolina, uma vez que a obra fazia um contraste direto com o crescente desenvolvimento urbano promovido pelo governo de Jânio Quadros. Além disso, Sousa (2011, p. 104) afirma que “a televisão, implantada no Brasil desde 1950, (...) teve importante papel na fabricação do sucesso de Carolina, uma vez que a TV ‘encurtou as distâncias entre ela e o grande público’”. Assim, a mídia projetou Carolina, no primeiro momento, como um fenômeno em ascensão, o que não teve continuidade anos após o primeiro livro, devido ao início, em 1964, da ditadura militar brasileira.

Por outro lado, a edição do livro publicada em 2020 surge em um contexto oposto. Em celebração aos 60 anos da obra, a editora Ática lançou uma edição comemorativa. Essa edição conta com fotografias, trechos dos manuscritos originais e uma fortuna crítica, surgindo como um movimento de valorização e de reconhecimento da escrita da autora de Sacramento ao ser composta por, além do corpus dos diários, textos associados à recepção crítica da obra ao longo dos anos, contando com uma seleção de prefácio, ensaios acadêmicos e artigos de jornal com autores de diversas ordens, como historiadores e escritores estrangeiros. No prefácio, Cidinha da Silva (2018, p.10) afirma que o racismo “atravessa e define a ascensão e a derrocada de Carolina Maria de Jesus no sistema literário brasileiro”, uma vez que, segundo a escritora brasileira, foi ele quem, aliado ao exotismo veiculado pelo mercado editorial ao

longo dos anos, criaram a persona de “escritora favelada de sucesso” que aprisionou a imagem da escritora.

Sendo assim, entendo que essa nova proposta de lançamento lança luz na problemática observada na recepção crítica do livro durante a década 60, dado que há uma visível preocupação por parte dos organizadores da edição de 2020 de evitar um olhar reducionista da obra promovido pela crítica literária dos primeiros anos da publicação. A crítica contemporânea busca trazer todo um aporte analítico que pretende promover uma nova perspectiva sobre o entendimento do livro enquanto objeto literário e tenciona promover a valorização dos aspectos artísticos da obra, assim como o enaltecimento da capacidade literária da escritora. Isso se confirma quando se contrasta o prefácio da edição de 60 e o da edição mais recente: enquanto o editor da década de 60 reforçava uma visão que reduzia o texto de Carolina transformando-o em apenas um retrato social da miséria e da fome, Cidinha da Silva propõe um afastamento dessa visão ao expor como tal entendimento se baseia em uma visão racista e preconceituosa que reproduz estigmas e está ancorada em uma falta de representatividade dentro do cânone literário brasileiro. Nesse sentido, a edição comemorativa visa o reconhecimento da obra de Carolina Maria de Jesus como “autêntico exemplo de literatura-verdade”, como se pode ler na contracapa do livro.

Recepção e circulação: um olhar sobre o material jornalístico

Ficava duvidando das minhas possibilidades porque os doutores de Coimbra diziam que os negros não tinham capacidade. Seria aquilo perseguição? Qual era o mal que os negros haviam feito aos portugueses? Por que é que eles nos odiavam, se os negros eram pobres e não podiam competir com eles em nada? Aquelas críticas eram complexas na mente do negro (Jesus, 2014, p. 47).

16 de junho de 1958 - [...] Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me:

- É pena você ser preta. (Jesus, 2020, p. 63)

16 de janeiro de 1959 - [...] Fui no Correios retirar os cadernos que retomaram dos Estados Unidos [...] Cheguei na favela. Triste como se tivessem mutilado os meus membros. O The Reader Digest devolvia os originais. A pior bofetada para quem escreve é a devolução de sua obra. (Jesus, 2020, p. 143)

5 de novembro de 1958 - [...] - Pois é Toninho, os editores do Brasil não imprime o que eu escrevo porque sou pobre e não tenho dinheiro para pagar. (Jesus, 2020, p. 123)

A literatura é um campo em disputa. De acordo com Dalcastagnè (2012, p.13), o fazer literário está diretamente associado ao “poder de falar com legitimidade ou de legitimar aquele que fala”. Nesse sentido, há um perfil normativo de escritor que ocupa o topo da pirâmide no sistema literário. Esse escritor é branco, heterossexual e pertencente à classe alta da sociedade brasileira e pode, eventualmente, subverter o padrão de escrita previsto pela gramática normativa, mas, quando isso ocorrer seu gesto é visto como um recurso estilístico empregado pelo indivíduo. Dessa maneira, há um jogo de forças em que sujeitos oriundos de grupos sociais subalternizados - pretos, pobres, mulheres, homossexuais, periféricos - possuem suas vozes silenciadas, tendo em vista que, ao não cumprirem os requisitos para ocupar o lugar de autor, não estão legitimados pelos padrões da cena literária brasileira a obter sucesso com a escrita e, por isso, são alvos de diversos processos de apagamento.

A lógica que rege o cânone literário exclui minorias e sujeitos minoritarizados (Dalcastagnè, 2012). Carolina Maria de Jesus estava ciente disso. Nos trechos transcritos acima, a escritora mineira declara seu desconforto e incompreensão com as diversas negativas que seus escritos recebiam da crítica. Apesar do estrondoso e efêmero sucesso que a sua primeira publicação recebeu, a autora lidou, antes disso, com diversas recusas e, posteriormente ao sucesso, passou por um processo de silenciamento. Assim, sua fala denota o entendimento de que uma mulher, pobre e negra, não poderia ocupar a posição de escritora quando afirma que os doutores de Coimbra duvidavam da capacidade dos negros, quando tem sua obra deslegitimada porque, segundo a crítica, a cor de sua pele não permitia que ela tivesse tal inclinação, quando não recebe uma devolutiva positiva de uma revista americana

renomada ou quando percebe que sua falta de condições para financiar a publicação de seu livro a impediria de se tornar escritora.

Desse modo, cabe refletir sobre os valores atribuídos a determinado livro e sua relação com quem ocupa o lugar de autoria, uma vez que, para a crítica literária, esse fator possui papel fundamental no processo de rejeição ou aceitação pública de determinado escritor no rol de obras que compõem a literatura brasileira. Para isso, recupero aqui algumas matérias jornalísticas publicadas, primeiramente, entre 1958 a 1961, passando pelo ano de 1960 que é o ano de publicação da primeira edição de *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, além de, em especial, uma matéria publicada em 1940¹, e, posteriormente, entre 2020 e 2022, ano de lançamento da edição comemorativa de *Quarto de despejo*, que celebra 60 anos de publicação da obra, com o objetivo de pensar, a princípio, a recepção e a veiculação da obra da escritora mineira em sua época de publicação e contemporaneamente e, em seguida, refletir sobre como as esferas jornalística e literária funcionam como mediadores sociais à medida que projetam, no imaginário popular, a imagem em torno de um sujeito e formam, por conseguinte, uma representação de sua subjetividade. A recolha do material jornalística que compõe a primeira parte da análise ocorreu através da consulta ao acervo da Hemeroteca Digital, portal de periódicos nacionais, no site organizado pela Fundação Biblioteca Nacional e teve como finalidade reunir um conjunto de reportagens que revelassem um pouco do contexto de apresentação de Carolina de Jesus à sociedade da época, aludindo às intencionalidades e ao modo como isso ocorreu na disposição desses textos. No que diz respeito às matérias jornalísticas contemporâneas sobre Carolina, as buscas foram realizadas por meio da ferramenta de pesquisa *Google* que direcionou a pesquisa aos sites e páginas jornalísticas que serão analisadas nas próximas páginas. O critério de seleção dessas matérias baseou-se na preferência por matérias que abordassem o lançamento da edição comemorativa da obra da escritora mineira.

Em uma entrevista para o jornalista Willy Aureli, do jornal *Folha da Manhã* (SP), no dia 25 de fevereiro de 1940, lê-se a machete exposta abaixo:

¹ A seleção dessa matéria jornalística para compor a discussão proposta nesta monografia ocorreu devido à crença de que tal material expressa uma importante contribuição para entender o perfil autoral que já era atribuído pela crítica jornalística à Carolina de Jesus muitos anos antes do lançamento de *Quarto de despejo*, o que auxilia na compreensão da construção de uma determinada imagem da escritora mineira pela crítica brasileira.

“Em seu barracão há quase uma dezena de cadernos nos quais ela escreveu o dia a dia daquele aglomerado humano. Com sua caligrafia nervosa, ela conta coisas que nenhum escritor do mundo será capaz de contar com tanta propriedade: traça um retrato sem retoques da favela, que aparece nítida, impressionantemente revelada em um “diário” em quadrinhas, que são quase notícias de jornal, ou em “contos” e “romances” cujos personagens fervilham sob telhados de lata e zinco.” (Dantas, 2012)

O texto segue em um tom de apresentação. Dantas relata como conheceu Carolina de Jesus e expõe fatos que marcaram a trajetória de vida da escritora. Ao final, o repórter fala sobre a descoberta dos cadernos de Carolina e do valor do material encontrado ali, reproduzindo trechos de seus escritos. É interessante apontar a reação de um leitor, registrada por Dantas (2012, p.10), a essa publicação: “Onde já se viu, uma negra semianalfabeta, e ainda por cima favelada, escrevendo desse jeito!”. Vê-se na fala do leitor traços de racismo e classicismo, já que, em sua concepção, a cor, a pouca escolaridade e o local de habitação impediriam que ela fosse considerada uma escritora. Essas questões acompanharam toda a trajetória de Carolina como escritora.



Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/independencia-200/2022/05/quarto-de-despejo-ve-brasil-esquecido-dizem-curados-do-200-anos-200-livros.shtml>. Acesso em 23/11/2024

Em 1959, o jornalista Audálio Dantas, futuro editor do *best-seller* de Carolina, publicou outra matéria sobre a escritora, agora na revista *O Cruzeiro*. Reproduzo abaixo um trecho da reportagem.



Disponível em <https://carolinamariadejesus.ims.com.br/arq-memoria/>. Acesso em 23/11/2024

O material reúne texto e fotografias realizadas por Dantas para apresentar a figura de Carolina para os leitores da revista. Nesse sentido, o autor faz um percurso por fatos biográficos da escritora, como local de nascimento e sua vida na favela do Canindé. O texto funciona novamente como um lançamento da escritora ao anunciar os novos trechos dos relatos que serão publicados no ano seguinte e transcrevê-los ao final da matéria com o objetivo de chamar a atenção do leitor para tais escritos. Destaco aqui uma das falas de Dantas quando, ao falar dos diferentes tipos de textos que Carolina redigia, ele afirma que era “no diário, porém, que se encontra a autêntica Carolina Maria de Jesus, favelada falando da favela.”. Nesse trecho, é possível perceber como há uma relação direta entre os termos *favelada* e *favela*, uma vez que, uma possível interpretação da fala do jornalista, era que, tendo em vista que Carolina residia em uma favela, para ela, só seria possível falar com propriedade sobre as condições precárias do local em que habitava. Isso é reforçado quando se analisa que Dantas faz tal declaração logo após afirmar que a escritora escrevia *quadrinhas ingênuas*, *contos* e *romances*, sendo os termos *contos* e *romances* assinalados pelo uso das aspas, ato que implica uma intencionalidade no uso desse recurso, uma desvalorização desse material produzido por ela. O jornalista alagoano ainda utiliza-se da questão da pouca

escolaridade de Carolina para justificar que apesar disso a escritora “sabe contar histórias” e que “suas frases curtas, muitas vezes incorretas, dizem muita coisa” (O Cruzeiro, 1959). Observa-se, com isso, toda uma esfera discursiva que tenciona uma diminuição da qualidade de Carolina enquanto escritora, uma vez que a fala do jornalista é marcada por uma ideia de concessão. É como se o jornalista afirmasse: apesar de favelada, ela escreve. Logo, ao subalterno cabe falar de seu contexto de opressão, “materiais superiores”, como a poesia e o romance, não lhes são permitidos.

O *Jornal do Brasil*, em 1960, publicou uma matéria sobre a Carolina em que é possível ler a seguinte manchete: “Escritora favelada chama políticos de arco-íris: fogem sempre!”. O texto que segue tal título fala sobre a reação do jornalista Maurítionio Meira ao livro *Quarto de despejo* e apresenta trechos da obra. Assim, Meira exalta as qualidades literárias do livro ao afirmar que o compêndio é “um documento que não poderá ficar limitado a leitura dos habitats da área literária e de um pequeno grupo de leitores para os quais a leitura é só um deleite” e que “do ponto de vista literário, é obra rara” (*Jornal do Brasil*, 1960).

VIDA LITERARIA

Maurítionio Meira

Escritora favelada chama políticos de arco-íris: fogem sempre!

Li, de um fôlego, com permanente interesse, as várias emagadas pelas revelações — o livro *Quarto de Despejo*, da favelada paulista Carolina Maria de Jesus. É um documento que não poderá ficar limitado à leitura dos habitantes da área literária e de um pequeno grupo de intelectuais e leitores para os quais a leitura é só um deleite. Esse livro deveria ser publicado com endereço certo: para os homens dos Institutos de Previdência, da LBA, das Pioneiras Sociais, os políticos, os governantes — os que, de um modo ou de outro, têm mando e podem mudar a face das coisas.

Do ponto-de-vista literário, é obra rara: menos pela linguagem, de resto primária e deficiente, com pecados de ortografia e sintaxe de ponta a ponta, do que pelo tema e pelo material documental, pelo registro, fiel do dia-a-dia penoso de uma faminta e de uma coletividade desvalizada e também faminta. Sob o aspecto técnico, é um libelo: a favela, com suas misérias, seus habitantes (melhor seria dizer: seus prisioneiros) vivendo uma vida de tristeza entre o sonho e a realidade. E libelo construído sob um ângulo novo: de dentro para fora.

Carolina Maria é, em seu livro: faminta sempre, alegre, terna, amorosa, revoltada, desesperada, triste, meiga, sonhadora, ferina, irônica, agradecida, policial; e obstinada em “seu ideal de escrever” o drama da favela — que ela chama de “quarto de despejo” de São Paulo.

TRECHOS DO LIVRO

Abrimos as colunas desta seção, hoje, para alguns trechos do livro, com o objetivo de dar ao leitor o *trailer* desse pano-

rama que ela tão bem arma com as tintas de sua miséria e de sua obstinação. Vejamos Carolina em várias faixas:

sora”. (...) “A língua de la s (das mulheres) e como os pé de galinha. Tudo é s p a l h a”. (...) “Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter. A única coisa que não existe na favela é solidariedade”. (...) “Eu não consegui armazenar para viver, resolvi armazenar paciência”. (...) “Há as mulheres que os esposos adoece e elas não pensam da enfermidade, mantêm o lar. Os esposos quando vê as esposas manter o lar, não saram nunca mais”. (...) “O meu sonho era andar bem limpinha mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerceo. Já faz oito anos que cato papel. (...) “Hoje é residir na favela”. (...) “Hoje eu estou cantando. Estou alegre e já pedi aos vizinhos para não me aborrecer. Todos nós somos o nosso dia de alegria. Hoje é o meu.” (...) “O senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz é agradável aos ouvidos. E agora o sabá está residindo na gaiola de ouro que é o Catete. Cuidado sabá, para não perder esta gaiola, porque os gãtos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gãtos. Tem fome”. (...) “Que posso esperar do futuro? Um leitio em Campos do Jordão. Eu quando estou com fome quero matar o Jânio, quero enforçar o Ademar e queimar o Juscelino. As dificuldades cortá, o afeto do povo pelos políticos”. (...) “... o povo não está interessado em eleições, que é o cavalo de troia que aparece de quatro em quatro anos”. (...) “Não tomei café, lá andando meio tonta. A tortura da fome é pior do que a do álcool. A tortura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago”. (...) “Quando (criança) o arco-íris surgia eu lá correndo na sua direção. Mas o arco-íris estava sempre se distanciando. Igual os políticos”. (...) “... adoro a minha pele negra: é o meu cabelo rústico. Eu até acho o meu cabelo de negro mais iduçado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reincarnações, eu quero voltar sempre preta”. (...) “Tinha uma preta que parece que foi vacinada com aquela de vitrola”. (...) “Pedi ao jornalista para ajudar-me a pôr o sacco (de papel) nas costas, que o dia que eu estivesse limpa eu lhe dava um abraço. Ela sorriu e disse-me: — Então já sei que vou morrer sem r e e e e e teu abraço...”. (...) “Hoje é o dia da páscoa de Moisés. O Deus dos judeus. Que libertou os judeus até hoje. O preto é perseguido porque a sua pele é da cor da noite. E o judeu porque é inteligente. Moisés quando via os judeus descalços e rotos orava pedindo a Deus para dar-lhe conforto e riqueza. É por isso que os judeus quase todos são ricos”. (...) “Parece que este cigano quer hospedar-se em meu coração. Se eu pudesse ligar-me a ele.” (...) “A vida é igual um litro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra”. (...) “Fiquei hurrificada porque a mulher que estava com Lalau é casada. Pensar: que mulher seja e ordinária! Homem por homem, mil vezes o esposo!”

— Remessa de livros e de informações: At. Atualiz. de Feit. va 30 — Bloco C-2, ap. 1204 — Lblion.



Maria Carolina

Disponível em

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030015_08&PagFis=6623&Pesq=Carolina%20Maria%20de%20Jesus. Acesso em 23/11/2024

É interessante notar que Carolina é apresentada como a “escritora favelada”. Novamente suas condições de habitação delimitam a imagem que será apresentada ao público pelo jornal. Além disso, ao longo da matéria, é ressaltado que essa “obra rara” merece tal título não pela linguagem que é “de resto primário e deficiente, com pecados de ortografia e sintaxe de ponta a ponta” (Jornal do Brasil, 1960), mas sim, pelo seu conteúdo.

Em outra matéria, publicada também pelo *Jornal do Brasil*, no dia 08 de novembro de 1960, há uma grande foto de Carolina com o título “A felizarda Carolina”, título de um dos seus futuros livros. Reproduzo a matéria abaixo:



Disponível em

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030015_08&PagFis=6623&Pesq=Carolina%20Maria%20de%20Jesus. Acesso em 23/11/2024

Essa publicação, ao contrário da anterior, já é situada no momento de maior sucesso de *Quarto de despejo*, quando Carolina já bateu o recorde de vendas nacional com o livro e desfruta de certo prestígio social. Entretanto, em ambas publicações o tom de exotismo se mantém, uma vez que Carolina é, simultaneamente, a “mais famosa personagem e autora da literatura brasileira do momento”, mas é também “a favelada paulista” segundo o material. Nessa perspectiva, o tom é de estranhamento com o fato de uma mulher, preta, oriunda de espaços marginalizados, obter tanto sucesso com sua escrita.

Assim, Carolina Maria de Jesus recebe da crítica os epítetos de “escritora favelada”, “poetisa preta”, “a favelada paulistana”, a “poeta do lixo” (Jornal do Brasil, 1960) e seu relato é visto apenas sob o ponto de vista de um testemunho, como pode-se inferir pelas palavras do editor de uma das edições da obra: “documentário verídico, profundamente corajoso e inocente, um grande testemunho real” (Jesus, 1960, s/p). Coronel (2014), ao discutir sobre a forma como a obra de Carolina de Jesus foi reduzida pela crítica literária ao papel de denúncia das mazelas sociais, afirma que:

(...) apresentaram *Quarto de despejo* como obra feita por um favelada que escrevia, não por uma escritora. E favelada, segundo a visão corrente, só podia falar sobre favela, assunto que reconhecidamente conhece. Como se o bairro pobre de onde vinha empobrecesse-lhe a escrita, comprometendo sua ficcionalidade. Como se da mulher pobre não pudesse esperar mais do que o testemunho real da pobreza (Coronel, 2014, p. 276)

Esse julgamento feito a Carolina e sua obra parece ganhar mais força quando se observa outra matéria, publicada pelo Jornal do Brasil, na data de 10 de novembro de 1960, pelo crítico literário Walmir Ayala com o título “O diário de uma favelada”. Ayala inicia seu texto afirmando que:

É preciso deixar bem claro, de início, que não estamos diante de uma obra literária. Literatura é uma ordem, composição, sentido plástico da imagem, pauta, filtro, depuração em vivência. O que há no diário de Carolina Maria de Jesus é uma vivência conscientemente expressa em uma composição estranhíssima que inclui um tom purista em certas frases, uma sintaxe primitiva em outras, uma demonstração de quase analfabetismo em alguns momentos e mesmo um torneio barroco de vez em quando aflorando com palavras preciosas até arcaísmo. Mas o livro não deixa de ser apaixonante. (Jornal do Brasil, 1960)

É preciso fazer algumas considerações sobre essa fala. Primeiramente, é relevante perceber o ideal de literatura exposto pelo crítico e como a obra da escritora mineira se distancia desse ideal para ele. Ayala caracteriza o que seria literatura - algo que possui ordem, composição, sentido plástico, pauta, filtro - e declara que em Carolina Maria de Jesus tem-se apenas uma “vivência conscientemente expressa em uma composição estranhíssima”. Novamente associa-se a escrita de Carolina à escrita testemunhal e pontuam-se aspectos linguísticos como meios de diminuir a qualidade literária de seu texto. A fala do crítico ainda revela certo discurso de poder que define o que é fazer literário e o que não é, o que se correlaciona com a proposta de Van Dijk (2015, p. 21) quando o linguista expõe como o “poder social é reproduzido por meio de sua realização e legitimação discursivas”. Tendo em vista que Van Dijk define poder social como “uma propriedade das relações intergrupais em termos do controle exercido por (membros de) um grupo ou instituição sobre as ações de (membros de) um outro grupo” (Van Dijk, 2015, p. 21), as falas do crítico literário

contribuem para a desvalorização literária de *Quarto de despejo*, uma vez que quem determina isso é alguém que está no topo desse sistema e detém os mecanismos de influência e poder para realizar tais afirmações.

De acordo com Dalcastagnè (2007, p. 21), “a definição dominante de literatura circunscreve um espaço privilegiado de expressão, que corresponde aos modos de manifestação de alguns grupos, não de outros”. Nesse sentido, a definição de Ayala de literatura exclui a possibilidade de inserção de *Quarto de despejo* nessa categoria, tendo em vista que, para ele, Carolina não teria o domínio das técnicas necessárias para alcançar o patamar literário, prova disso é sua fala sobre a linguagem empregada por Carolina que é, segundo ele, marcada por uma “sintaxe primitiva” e por traços de “analfabetismo”. A valoração negativa dada pelo crítico literário à escrita de Carolina baseia-se no ponto de vista privilegiado de que indivíduos marginais socialmente não conseguem fazer literatura, apenas relato pessoal, por não dominarem a norma padrão, apesar de afirmar ao final da matéria jornalística que *Quarto de despejo* é ainda assim *um livro apaixonante*.

Assim, o tom depreciativo é contínuo ao longo do texto. O crítico literário se mostra inconformado com a notícia de que Carolina irá mudar-se da favela do Canindé e que continuará suas publicações. Isso porque, para ele, Carolina seria escritora de apenas um sucesso e, fora da favela, ela não teria material para a escrita.

A favelada vai continuar a escrever livros, sob encomenda, sob sugestão. O que vai dizer ela do mundo do lado de fora? Talvez eu esteja enganado, e ela consiga desenvolver com uma certa graça, que lhe é muito peculiar, a história dos outros. Enfim, os fatos são os mesmos em todas as classes e meios. Mas Carolina soube transmitir poesia daquele que era o seu mundo, de uma forma comovente. Carolina poderia ser um exemplo da favela do Canindé. Em vez disso ela se afastou como se dissesse: ‘Bem, agora eu sou uma escritora não sou mais como vocês... Não há mais razão pra viver aqui, conquistei a minha independência’ (Jornal do Brasil, 1960)

Desse modo, a matéria de Walmir Ayala é assinalada por uma visão reducionista e preconceituosa que exclui de Carolina a possibilidade de uma vida enquanto escritora de sucesso e limita a materialidade de sua escrita ao atestado de sua miséria. Para Carolina só cabe o papel de “cronista da favela” porque “o que lhe falta em estilo e ritmo ordenado, sobra em veracidade e dor” (Jornal do Brasil, 1960).

Logo, a partir da análise dos trechos de matérias jornalísticas datadas na década de 60, percebe-se a formação no imaginário popular da imagem de uma “favelada” que escrevia sobre favela. A importância dos registros de Carolina, segundo essa crítica, se resumem em seu depoimento pessoal sobre as condições de vida em meio à fome e à miséria, servindo como canal de denúncia, mas não como material literário. Ocorre, assim, uma constante

desvalorização do potencial artístico-literário da obra de Carolina, visto que ela não é reconhecida como escritora, segundo os críticos literários.

Passo, agora, para a análise de algumas matérias jornalísticas sobre Carolina Maria de Jesus que foram publicadas durante o período de 2020 a 2022, com o objetivo de examinar e comparar o modo de recepção da obra *Quarto de despejo* anos após a publicação das várias edições que o livro possui.

Em matéria publicada pelo suplemento literário *Quatro cinco um*, no dia 01 de agosto de 2021, a jornalista Yasmim Santos propõe olhar para a história de Carolina a partir de outra perspectiva e rejeita a ideia de que a escritora mineira foi descoberta por seu primeiro editor Audálio Dantas quando afirma que é “tosco, portanto, imaginar que foi Audálio ou a publicação de *Quarto de despejo* que despertou a verve da escrita em Carolina.”. Outro ponto de virada em comparação com as matérias expostas anteriormente é como esse texto ressalta que Carolina era, acima do conteúdo de sua obra, escritora: “Nunca quis ser uma escritora favelada, porta-voz de grupos minorizados. Queria apenas ser lida. Carolina tinha um projeto literário próprio.” (Quatro cinco um, 2021). Assim, aqui rejeita-se o estereótipo, atrelado pela crítica literária da década de 60, de “escritora favelada”.

Na edição 48 da publicação independente *Quatro cinco um*, publicada no dia 01 de agosto de 2021, que tem como título “Reorganizando o ‘Quarto de despejo’: diários de Carolina são espaço de liberdade e de expressão da subjetividade e sensibilidade das mulheres negras”, a jornalista Stephanie Borges fala sobre o impulso coletivo de ler a obra de Carolina apenas em seu viés de denúncia social. Ao recuperar uma fala da escritora Conceição Evaristo, que denuncia tal ato, a autora reflete sobre a urgência de se refletir sobre as nuances que marcam a escrita caroliniana como “um projeto de Carolina Maria de Jesus dentro de uma obra mais ampla.”. Borges termina seu texto rebatendo a ideia de atrelar a escritora mineira a uma “cronista da favela”, papel recorrente na crítica literária examinada anteriormente, e propõe a seguinte reflexão:

Ao deixar de pensar em Carolina como uma cronista da favela, é possível perceber a habilidade com que os seus relatos misturam o desejo por uma vida melhor, as críticas à desigualdade social e à violência doméstica; mas abordam a solidão e o anseio por relacionamentos afetivos que preservem a autonomia da mulher. Assim, é possível compreender *Quarto de despejo* como uma leitura importante não apenas para refletir sobre a sociedade brasileira, mas também sobre a subjetividade e a sensibilidade de mulheres negras. (Quatro cinco um, 2021)

Ademais, o jornal *Folha de São Paulo* traz uma matéria com o título “‘Quarto de Despejo’ vê Brasil esquecido, dizem curadores do 200 anos, 200 livros”, publicada em 12 de maio de 2022, em que especialistas elegem a obra de estreia de Carolina como um importante

material para o entendimento do contexto nacional. No texto, são destacados aspectos da criação literária de Carolina e de sua sensibilidade. Ressalto aqui um dos comentários apresentados pela *Folha* que acho pertinente para a discussão proposta. Flávio Moura, editor e um dos fundadores da editora *Todavia*, afirma que a obra de Carolina é “marco da literatura pela crueza desconcertante com que apresenta uma vida feita de privações, a obra está no centro de um debate rumoroso e necessário que chacoalha o cânone sob diversos aspectos: linguístico, identitário, autoral.”. O comentário do editor literário aponta para um reconhecimento da obra de Carolina enquanto literatura e não apenas relato, e destaca seu impacto na tradição canônica, tal tradição, contudo, como visto nas matérias de 60, sempre impôs barreiras para a aceitação da obra dentro do panorama literário brasileiro, e o que se percebe aqui é que os mesmos aspectos que eram condenados na época da primeira edição - autoria, linguagem e identidade - agora, sob a perspectiva da crítica contemporânea, são celebrados.

Em 25 de outubro de 2021, a página de cultura do jornal *Estado de Minas* publicou a matéria “Conceição Evaristo aborda obra de Carolina Maria de Jesus no Letra em Cena”, em que a escritora brasileira Conceição Evaristo ressalta a importância de se evitar a adoção de uma visão cristalizada temporalmente para se entender a escrita de Carolina. Segundo a também escritora mineira Conceição Evaristo, a crítica literária da época de publicação do *best-seller* “recaía muito sobre o fato de ser uma mulher favelada, negra, analfabeta – alguns diziam semianalfabeta – que tinha escrito um livro falando sobre a miséria e a fome que ela passava com seus filhos”. Dessa forma, Evaristo critica o reducionismo de *Quarto de despejo* ao recorte racial e social e declara que é preciso aprofundar a análise dos aspectos subjetivos que marcam Carolina enquanto escritora em seu manuseio da palavra.

Por outro lado, em 27 de fevereiro de 2021, a página jornalística *Brasil de fato* publicou a matéria “‘Quarto de Despejo: diário de uma favelada’ é relançado em edição especial”, que aborda a publicação da edição comemorativa de *Quarto de despejo* pela editora Ática. É importante notar que, ao longo da notícia, assim como ocorreu nas críticas jornalísticas dos anos 1960, o viés ressaltado pelo jornal é o retrato da realidade periférica, não existindo uma menção explícita ao valor estético da obra. Além disso, a linguagem é apontada em sua fuga à norma padrão, assemelhando-se aos posicionamentos da crítica da década de 60.

Assim, a partir das diversas matérias jornalísticas que foram apresentadas até aqui, quero focar na performatividade do aparelho midiático, nesse caso o jornal, como forma de legitimação do poder. Isso porque defendo a relação entre a esfera jornalística e a veiculação

de discursos que favorecem determinados grupos sociais e suas ideologias. Para tanto, recupero a teorização proposta por Van Dijk (2015) em que o autor analisa a reprodução do racismo através de vários tipos de discurso e formas de comunicação, demonstrando que, o discurso desempenha um papel crucial na validação, expressão, legitimação e propagação do racismo na sociedade. Nesse sentido, em seu ensaio, o linguista neerlandês debate sobre a conexão entre a elite e a produção e circulação de discursos que reproduzem racismo, explicando que as diversas esferas sociais “iniciam, monitoram e controlam as formas mais influentes do texto e fala institucionais e públicos” (Van Dijk, 2015, p. 3). Dessa forma, concordo com a formulação do autor sobre como as práticas comunicativas na sociedade são reguladas pelos integrantes do topo da pirâmide social e por seus interesses, o que cria uma relação verticalizada de poder. No que diz respeito à Carolina Maria de Jesus, é possível perceber como o discurso propagado nas reportagens jornalísticas da década de 60, aqui analisadas, está intrinsecamente ligado ao favorecimento de um tipo de discurso que reproduz formas de poder e legitimação de modos de dominação social associados à cultura letrada hegemônica. Isso porque, ao observar as matérias jornalísticas da década de 60, observa-se como o juízo de valor negativo atribuído a *Quarto de despejo* recai sobre a crença na impossibilidade de uma mulher negra, pobre e favelada produzir literatura quando se rotula Carolina como “a escritora favelada”. Esses textos reforçam e reproduzem no meio social a invalidação do valor literário de *Quarto de despejo* e conformam Carolina à posição pré determinada pelas estruturas de poder da sociedade, isto é, a uma posição à margem dentro dos mecanismos de reprodução simbólica do poder através do discurso jornalístico (Van Dijk, 2015).

Por outro lado, é possível observar que, de forma geral, analisando a seleção do material jornalístico mais recente, há uma mudança de paradigma no que diz respeito à crítica literária atribuída a Carolina Maria de Jesus. Ao se criar um paralelo entre os dois conjuntos de matérias jornalísticas nota-se, a princípio, uma crítica muito mais preocupada em projetar uma favelada que escrevia e que, por conta de sua condição de mulher, negra, mãe solo e pobre, tinha sua produção reduzida apenas a temáticas ligadas a sua situação de vulnerabilidade socioeconômica. Paradoxalmente, as notícias contemporâneas trazem um novo olhar da crítica, muito amparado no movimento de revisitação e reintegração de Carolina Maria de Jesus ao sistema literário brasileiro que, com os avanços do pensamento teórico-crítico do contemporâneo, tem recebido diversas críticas a sua escassa pluralidade de identidades, uma vez que continua hegemonicamente ligado à branquitude e é cercado de privilégios. Dessa forma, percebe-se uma abertura do debate em torno da escrita de Carolina

Maria de Jesus atualmente na tentativa de desconstruir os estereótipos de raça, gênero e classe que constituíram sua imagem na década de 60 e, para além disso, redescobrir sua escrita através da análise dos procedimentos estéticos que marcam sua literatura.

Glotopolítica e literatura: quem pode falar?

Tudo tenho feito para torcer a linha do meu destino e esquecer a tortura dos versos que me enchem a cabeça, mas eles brotam do meu pensamento e eu não tenho outro remédio senão dar-lhes expansão. Está aqui o fruto das minhas ideias. (Jesus, 1961, p. 118).

Nesta parte trabalho, proponho relacionar a análise aqui proposta sobre a obra e a recepção e circulação da obra de Carolina de Jesus ao conceito de glotopolítica. Por isso, antes de começar, é preciso se debruçar sobre o entendimento deste termo. As hipóteses que irão guiar esta etapa do trabalho são: Quem pode falar? Que língua pode falar?

No artigo “Língua, norma, nação e ideologia”, Dante Lucchesi (2021) demonstra como os processos históricos de formação dos Estados-nações são marcados por procedimentos de normatização linguística em que determinada variedade linguística é posta como o paradigma a ser seguido em detrimento de outras variedades, vistas como inferiores. Nesse sentido, o autor afirma que “todo grupo social tem um ideal de língua, que reflete os usos hegemônicos dentro do grupo e ao qual todo membro deve ajustar os seus atos de fala” (Lucchesi, 2021, p.184). Veiculam-se, assim, ideologias linguísticas relacionadas aos usos da língua através de uma hierarquização, o que cria um fosso da divisão linguística e social marcada pela imposição de uma norma padrão aproximada à variedade da elite hegemônica como modelo para toda prática comunicativa. Esse processo está calcado em métodos coercitivos realizados em nome de uma coesão linguística e, por isso, a língua torna-se um mecanismo de dominação ideológica.

Cabe refletir, com isso, sobre os impactos dessa normatização linguística na literatura nacional. A literatura sempre foi utilizada como modelo de uso da língua, uma vez que o próprio processo de constituição da literatura nacional está profundamente relacionado ao processo de consolidação da língua nacional. Assim, a produção literária é um dos vários dispositivos de unificação das nações. Isso porque ela funciona como, primeiramente, meio de validação simbólica do monolinguismo nacional e, conseqüentemente, atua no processo político de unificação da nação. Cria-se, desse modo, um princípio homogeneizador baseado na associação entre nacionalismo e monolinguismo que tem como meio de manutenção dispositivos como o rol de obras que formam o cânone nacional de um país e garantem que, no imaginário coletivo, se reafirme um ideal unificador.

Logo, os clássicos literários são usados como formas de legitimação do uso consagrado da língua, tendo em vista que sobrevivem de modelo para o estabelecimento de

formas institucionalizadas e padrões idiomáticos, pelos gramáticos, a serem utilizados tanto na escrita quanto na fala dos indivíduos. Desse modo, a realidade linguística de um território está fortemente relacionada às representações e às crenças de uma comunidade de fala acerca de sua língua que foi e é regulada por mecanismos sociais de normatização e normalização das práticas discursivas, e a literatura funciona como um importante dispositivo desse processo.

Dessa maneira, é importante refletir sobre como o cenário linguístico da sociedade é marcado por políticas linguísticas que destinam uma valoração positiva às práticas linguísticas das elites e estigmatizam os usos linguísticos ligados ao contexto popular. É importante também pensar sobre o impacto disso na literatura nacional. De acordo com Lucchesi (2021):

(...) A força dos estereótipos construídos pela milenar tradição gramatical é tanta que a variedade de língua que se forja na e para a expressão escrita confunde-se com a própria língua, e as demais variedades, sobretudo aquelas se atualizam apenas na oralidade (como é o caso da linguagem popular), deixam de ser parte da língua, ou ao menos da parte saudável da língua, assumindo o caráter de deteriorações, de deformações e aberrações, que revelam de maneira inequívoca a inferioridade intelectual de seus utentes. (Lucchesi, 2021, p. 196)

Nesse sentido, o autor ressalta como o ato de eleger uma forma comunicativa como legítima - a fala da classe dominante - em detrimento de outras - a fala da classe popular - cria a falsa crença de que a língua utilizada pela classe dominante é a própria língua, apagando a possibilidade de se reconhecer a existência de outras variedades linguísticas como passíveis de uso. Tal contexto revela a forte ligação entre as relações de poder que se estabelecem na esfera política e social e que se relacionam à língua, uma vez que se faz “da linguagem das elites a forma mais perfeita e eficaz de expressão legítima o poder dessa classe (...), sua posição de mando” (Lucchesi, 2021, p. 196).

A glotopolítica surge como a junção de todas as intervenções sociais que possuem caráter político na esfera linguística. Ela discute os mecanismos por meio dos quais as políticas linguísticas são implementadas tendo como objetivo principal a manutenção de padrões estruturais de usos da língua, assim como a valoração atribuída a esses usos, tudo isso associado a ações que mobilizam o campo social, cultural e político da sociedade. Assim, em *Quarto de despejo* é possível perceber como movimentos de glotopolítica aparecem na relação da linguagem empregada por Carolina de Jesus quando se observa a valoração negativa que a língua utilizada pela escritora recebe, inviabilizando-se o conteúdo de sua obra e seu reconhecimento enquanto escritora de talento.

A título de exemplificação, recupero aqui uma polêmica publicação da crítica literária e professora universitária Regina Dalcastagnè que criticou a não intervenção editorial na

escrita de Carolina no lançamento da edição comemorativa de *Casa de alvenaria*, realizada pela Companhia de Letras, em colaboração com a escritora Conceição Evaristo e a filha de Carolina de Jesus, Vera Eunice. Em suas redes sociais, em 15 de agosto de 2021, Dalcastagnè se posicionou contra a manutenção da gramática original do livro “com todos os seus muitos desvios da norma padrão da língua, sobretudo na ortografia”. Nascimento (2023) rebateu essa crítica ao expor que o que está em jogo ali são duas concepções de língua: a prática linguística de Carolina Maria de Jesus, categorizada por ele como pretuguês, e a prática linguística de Regina Dalcastagnè, o português normativo em sua visão conservadora.

Assim, o que eu quero destacar aqui é como aparece muito bem delimitado por Nascimento (2023) a coexistência de duas concepções de língua que se criaram nessa polêmica e como tais concepções mobilizam fatores extralinguísticos, o que gera uma tensão que se relaciona com a glotopolítica. Em seu texto, o autor declara que há a língua do colonizador, uma abstração europeia, e meio de “dominar ao desidentificar ancestralmente os povos dominados” (Nascimento, 2023, p.2) que coexiste, simultaneamente, com uma forma de resistência a essa opressão, o pretuguês, termo criado por Lélia Gonzalez para definir a variação linguística, observada na fala popular, demarcando a africanização do português brasileiro, originado do contato de línguas africanas com o português europeu. Dessa maneira, o pesquisador aponta como a atitude de Dalcastagnè resvala em um movimento de valorização e reafirmação da língua privilegiada pela cultura letrada, uma vez que a escritora critica diretamente “inadequações gramaticais” na escrita de Carolina e reafirma a hegemonia do uso da língua portuguesa previsto pelas classes dominantes. Para além disso, é preciso pensar na posição social de Dalcastagnè quando ela assume tal posicionamento, já que seu prestígio na pirâmide social legitimam sua opinião: é uma mulher branca, com renome no sistema literário e que, por todos esses fatores, terá sua opinião aceita e ouvida. Assim, concordo com Nascimento (2023), quando ele afirma que:

Quando, a partir de uma certa tradição *brancocentrada* de escrita, Regina Dalcastagnè defende apenas uma variante, a de um mundo escolarizado branco, ela ignora que, por séculos, a língua de Carolina Maria de Jesus foi a língua da maioria dos brasileiros e não um “erro de português” (...) ao se criticar a adequação de Carolina, o que se quer é o branqueamento da escrita dela, como já feito por Audálio Dantas. (Nascimento, 2023, p.7)

Nesse sentido, percebe-se que determinados agenciamentos glotopolíticos da crítica literária incidem nesse contexto como meio de redução e desvalorização da linguagem utilizado usada por Carolina em sua obra, uma vez que essa língua é tida como uma “língua menor” pela sociedade. Carolina, ao não reproduzir a norma em seus textos e, ao contrário, ao

dar voz a uma linguagem própria, atravessa por variantes do pretuguês, quebra o estatuto monolíngue nacional que prevê um alto status social e cultural para a norma padrão da língua. Isso porque deixa claro que existe mais de uma forma de se manusear a língua, diferentemente do que é defendido pela política linguística nacional hegemônica que, por isso, categoriza a escritora como “autora dos desabafos manuscritos de uma favelada” (Felinto, 1996, s/p).

Assim, pode-se visualizar o mesmo movimento na matéria jornalística, já apresentada anteriormente, publicada pelo Jornal do Brasil, em 1960, em que o crítico literário Waldir Ayala afirma que *Quarto de despejo* “inclui um tom purista em certas frases, uma sintaxe primitiva em outras, uma demonstração de quase analfabetismo em alguns momentos”. A opinião do crítico baseia-se em uma visão normativa da língua em que qualquer variedade que fuja do que está postulado pela tradição gramatical é tida como “não-literária”, “erro”, mostras de um “analfabetismo”.

Além disso, essa visão normativa da língua se associa ao que Quijano (2005) explicita como colonialidade do poder. Ao analisar o processo de formação das Américas, o teórico discute como o projeto colonial, baseado na dominação, enceta hierarquias formadas a partir da noção da superioridade da raça dominante, pessoas brancas, e da inferioridade da raça dominada, pessoas não-brancas. Nesse sentido, esse processo foi marcado por violência e por desumanização, processos que refletem no contemporâneo, uma vez que essa estrutura se mantém: pessoas brancas gozam de privilégios sociais e grupos sociais minoritarizados são postos à margem da sociedade. O grupo social marginalizado que teve (e tem) sua cultura e história aniquilados, ou ao menos interditados, sobrevive no contexto presente que, atualizando os mecanismos de opressão colonial, mantém o mesmo *modus operandi*, constituindo na colonialidade do poder. Quando se observa que o ideal de língua consagrado pela gramática é a fala de pessoa brancas e escolarizadas que pertencem à elite social, percebe-se a atuação da colonialidade do poder proposta por Quijano (2005), uma vez que aquilo que é criado pela classe dominante é aceito e reproduzido como modelo, enquanto que aquilo que se origina nas camadas subalternas é estigmatizado e excluído. A língua não foge dessa lógica, já que a língua socialmente estigmatizada é a língua adotada por sujeito negros, pobres, periféricos, enquanto que a fala aceita é a língua da classe alta da sociedade.

Assim, a problemática em torno da questão linguística possui um recorte racial, social e de gênero, uma vez que quando quem enuncia é uma mulher negra, pobre e favelada e quando a língua que esse sujeito emprega se distancia do padrão previsto pela classe

dominante, sua subjetividade e sua voz são silenciadas, como acontece com Carolina Maria de Jesus.

É importante pontuar ainda que, em *Quarto de despejo*, há uma tentativa de encaixe aos padrões linguísticos e literários aceitos pelo sistema literário. Carolina Maria de Jesus diversas vezes lança mão de um vocabulário ligado à tradição literária nacional com o uso de alusões a grandes nomes da literatura nacional e de termos tidos como eruditos, como pode-se observar nos trechos transcritos abaixo:

23 maio de 58 - [...] O céu é belo, digno de contemplar porque as nuvens vagueiam e formam paisagens ter deslumbrantes. As brisas suaves perpassam conduzindo os perfumes das flores. E o astro-rei sempre pontual para descontar se e recluir-se. As aves percorrem o espaço demonstrando contentamento. A noite surge as estrelas cintilantes para adornar o céu azul. Há várias coisas belas do mundo que não é possível descrever-se. Só uma coisa nos entristece: os preços, quando vamos fazer compras. Ofusca todas as belezas que existe (...) (Jesus, 2020, p.46)

(...) Contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe no início da rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a minha Pátria. (...) Toquei o carrinho e fui buscar mais papeis. A Vera ia sorrindo. E eu pensei no Casemiro de Abreu, que disse: “Ri criança. A vida é bela”. Só se a vida era boa naquele tempo. Porque agora a época está apropriada para dizer: “Chora criança. A vida é amarga”. (Jesus, 2020, p. 39)

Em meio aos relatos de sua realidade, marcada pela escassez de alimentos para si e seus filhos, Carolina escreve sobre a beleza presente em um dia qualquer na cidade de São Paulo em que o céu é palco de um espetáculo da natureza. A autora demonstra seu fascínio por elementos simples da natureza como o voo dos pássaros e o andar das nuvens. Ademais, no segundo trecho, tal cenário a faz lembrar de um dos grandes poetas brasileiros, Casimiro de Abreu, e um dos versos de seu poema chamado *Risos*. Carolina traz o verso do poema para a sua realidade e o reinterpreta afirmando que o mais apropriado seria “Chora criança. A vida é amarga”, já que ali estavam ela e sua filha em busca de papel pela cidade grande para comprar algum alimento no final do dia. Assim, percebe-se uma tentativa de aproximação com a tradição literária, quando Carolina recupera um escritor renomado do cânone literário brasileiro e insere uma interpretação de um trecho de seus escritos em sua realidade social, e quando descreve a poeticidade presente nos movimentos do céu. O uso de tais recursos demonstra a vontade da escritora mineira de ser aceita pela cultura letrada brasileira e de, através desses artificios, ocupar um lugar de escritora no sistema literário.

Esse desejo de Carolina não foi totalmente realizado. Inúmeros são os movimentos de reducionismo e rebaixamento da obra literária caroliniana devido a aspectos linguísticos, tais movimentos reduzem seus livros a apenas relatos de uma pessoa em vulnerabilidade social.

Não são destacadas as várias ocasiões em que a autora utiliza-se da ironia para satirizar algum evento que ocorreu em seu dia, as metáforas empregadas ao longo de seu texto ou as alusões aos movimento romântico para compor a materialidade de seu relato. Tudo isso é anulado pela submissão completa ao código linguístico padrão.

Portanto, quando quem fala é uma mulher, mãe solo, negra, pobre e favelada que não emprega a língua legitimada pela cultura letrada, mas procura utilizar uma linguagem própria, ainda que numa tentativa de diálogo com a norma, ela é alvo de um silenciamento estético e social. Isso porque de acordo com a política linguística nacional importa que a escrita e a fala desses sujeitos, se submeta, ao que foi normatizado pela gramática tradicional, e qualquer enunciação que fuja disso será alvo de exclusão.

Considerações Finais

A análise desenvolvida neste trabalho pretendeu entender quais são as implicações sociais, políticas e culturais que estão atreladas à variedade linguística empregada por Carolina Maria de Jesus na obra *Quarto de despejo* (1960) e como isso se relaciona à recepção crítico-literária da obra. Dessa forma, partiu-se do princípio de que a língua, enquanto prática social, está carregada de crenças e ideologias que hierarquizam as variedades linguísticas em formas prestigiadas, atreladas à cultura letrada, e formas marginalizadas, associadas à cultura popular, o que evidencia a conexão dos usos linguísticos com os campos político, social e cultural. Assim, foi examinado como as esferas literária e jornalística, a partir de um viés normativo da língua, atribuíram à escritora mineira diversos estereótipos que formaram um perfil de “escritora favelada” no imaginário popular, o que afetou sua recepção e inserção no paradigma literário brasileiro. Destacou-se, nesse sentido, como essa visão limitada da obra *Quarto de despejo*, apoiada em um monolinguismo excludente, impediu que o projeto literário de Carolina fosse explorado em suas dimensões literárias e poéticas, produzindo silenciamentos.

Desse modo, ressalto a importância de um movimento de valorização e de reconhecimento da escritora Carolina Maria de Jesus enquanto parte fundamental da literatura brasileira para a construção de novas perspectivas, livres dos estereótipos e pré determinações que limitam as potencialidades encontradas nas populações minorizadas. Enquanto pesquisadora negra e periférica, reconheço em Carolina toda a representatividade de uma mulher preta que, assim como eu, vive os constantes dilemas de ter sua voz reconhecida a partir de nosso lugar à margem da sociedade.

Referências Bibliográficas

- ANTUNES DOS SANTOS, J.L.C (2021). O Pretuguês e a internacionalização da língua e da cultura brasileira - Afinal, que língua queremos internacionalizar?. *Cadernos de Linguística*, v. 2, n. 2, e 371.
- BERGAMINI, Atilio. Dar forma ao impublicável: Carolina Maria de Jesus e sua arte. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, p. e595, 2020.
- CORONEL, Luciana Paiva. A censura ao direito de sonhar em Quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, p. 271-288, 2014.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Para não ser trapo no mundo: as mulheres negras e a cidade na narrativa brasileira contemporânea. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, p. 289-302, 2014.
- DALCASTAGNÈ, Regina. A auto-representação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. *Letras de hoje*, v. 42, n. 4, 2007.
- DANTAS, Audálio. “Retrato da favela no diário de Carolina”. *O Cruzeiro*, 20 jun. 1959, pp. 92-98.
- Dantas, Audálio. *Tempo de reportagem: histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro*. Leya, 2012.
- FERNANDEZ, Raffaella Andréa. Percursos de uma poética de resíduos na obra de Carolina Maria de Jesus. Itinerários: *Revista de Literatura*, 2008.
- GONÇALVES, Marco Antonio. Um mundo feito de papel: sofrimento e estetização da vida (os diários de Carolina Maria de Jesus). *Horizontes Antropológicos*, v. 20, p. 21-47, 2014.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje - Anpocs*, p. 223-244, 1984.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: F. Alves, 1960.
- JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Editora Ática, 2020.
- JESUS, Carolina Maria de. *Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada*. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1961.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

- LUCCHESI, Dante. A diferenciação da língua portuguesa no Brasil e o contato entre línguas. *Estudos de Lingüística Galega*, v. 4, p. 45-64, 2012.
- MACHADO, Marília Novais da Mata. Os escritos de Carolina Maria de Jesus: determinações e imaginário. *Psicologia & sociedade*, v. 18, p. 105-110, 2006.
- NASCIMENTO, Gabriel. O Pretuguês de Carolina Maria de Jesus e o Português de Regina Dalcastagnè: carta aberta à escritora Conceição Evaristo. *Fórum Linguístico*, v. 20, n. 3, p. 9332-9341, 2023.
- OLIVEIRA, Érika Soares. O pensamento de fronteira de Carolina Maria de Jesus. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, p. e212106, 2020.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina1. *A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: Clacso*, p. 107-126, 2005.
- ROSA, Carolina Schenatto da; SILVA, Gilberto Ferreira da. Carolina Maria de Jesus e o pensamento liminar na literatura brasileira. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, p. e60635, 2020.
- SAVEDRA, Mônica Maria; PEREIRA, Telma Cristina; LAGARES, Xoán Carlos (org.). *Glotopolítica e práticas de linguagem*. Niterói: Eduff, 2021.
- SILVA, Rafael Guimarães Tavares da. Des(p)ejo das palavras: relendo os primeiros diários de Carolina Maria de Jesus. *Revista Estudos Feministas*, v. 27, p. e54825, 2019.
- SOUSA, Gernama Henriques Pereira de. *Memória, autobiografia e diário íntimo: Carolina Maria de Jesus: escrita íntima e narrativa da vida*. In: Hermenegildo Bastos; Adriana de F. B. Araújo (Org.). *Teoria e prática da crítica literária dialética*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2011, p. 86-108.
- SOUZA, Ana Caroline Fernandes Vieira. *A individualidade autoral em Quarto de despejo: um diário de uma favelada*. Trabalho de conclusão de graduação - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 30. 2023.
- VAN DIJK, Teun A. Discurso de elite e a reprodução do racismo. *DELTA: Documentação e Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 8, n. 3, 1992.
- VAN DIJK, Teun A. Discurso e cognição na sociedade. *Revista Portuguesa de Humanidades*, v. 19, n. 1, p. 19-52, 2015.
- VERONELLI, Gabriela Alejandra. *La colonialidad del lenguaje y el monolenguajar como práctica lingüística de racialización*. *Polifonia*, v. 26, n. 44, p. 146-159, 2019.

Fontes jornalísticas

ARAÚJO, Gabriel. 'Quarto de Despejo' vê Brasil esquecido, dizem curadores do 200 anos, 200 livros. *Folha de São Paulo*. Belo Horizonte. 12 de maio de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/independencia-200/2022/05/quarto-de-despejo-ve-brasil-esquecido-dizem-curadores-do-200-anos-200-livros.shtml>. Acesso em 14/11/24.

ARAÚJO, Gabriel. 'Quarto de Despejo' vê Brasil esquecido, dizem curadores do 200 anos, 200 livros. *Folha de São Paulo*. 12 de maio de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/independencia-200/2022/05/quarto-de-despejo-ve-brasil-esquecido-dizem-curadores-do-200-anos-200-livros.shtml>. Acesso em 14/11/24.

AURELI, Willy. Carolina Maria, poetiza preta. *Folha da manhã*. São Paulo, Suplemento, p. III. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fdm/1940/02/25/1/>. Acesso em: 06 de janeiro de 2023

AYALA, WALMIR. O diário de uma favelada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano 1960, Edição 00231. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=Carolina%20Maria%20de%20Jesus&pagfis=6623. Acesso em 23/11/2024

A felizarda Carolina. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. 8 de novembro de 1960. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030015_08&PagFis=10518&Pesq=Carolina%20Maria%20de%20Jesus. Acesso em 23/11/2024.

BARBOSA, Daniel. Conceição Evaristo aborda obra de Carolina Maria de Jesus no Letra em Cena. *Estado de Minas*. Minas Gerais. 25 de novembro de 2021 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2021/10/25/interna_cultura,1316643/conceicao-evaristo-aborda-obra-de-carolina-maria-de-jesus-no-letra-em-cena.shtml#google_vignette. Acesso em 14/11/2024.

BORGES, Stephanie. Reorganizando o 'Quarto de despejo'. *Quatro Cinco Um*. São Paulo. 01 ago. 2021. Disponível em: <https://quatrocincoum.com.br/artigos/literatura-brasileira/Reorganizando-o-Quarto-de-despejo>. Acesso em 23/11/2024.

Escritora favelada chama políticos de arco-íris: fogem sempre!. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro. Ano 1960, Edição 00207. Disponível em:

https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReaderMobile.aspx?bib=030015_08&PagFis=10518&Pesq=Carolina%20Maria%20de%20Jesus. Acesso em 23/11/2024

‘QUARTO de Despejo: diário de uma favelada’ é relançado em edição especial. *Brasil de Fato MG*. Belo Horizonte. 27 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2021/02/27/quarto-de-despejo-diario-de-uma-favelada-e-relancado-em-edicao-especial>. Acesso em 14/11/2024.

SANTOS, YASMIM. A arte de Carolina. *Quatro Cinco Um*. São Paulo. 01 ago. 2021. Disponível em: <https://quatrocinco.um.com.br/artigos/literatura-brasileira/Reorganizando-o-Quarto-de-despejo>. Acesso em 23/11/2024.

